



QUESTÕES QUE PROVOCARAM INVESTIGAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO POPULAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Mauro Castro Ignácio¹

Marcos Paulo Stigger²

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, participação popular, esporte e lazer

INTRODUÇÃO

A participação popular nas políticas públicas (PP) é um tema crescente nas mídias, redes sociais e rodas de conversas. No campo dos estudos das PP de Esporte e de Lazer (EeL) também é possível notar tais discussões. Na perspectiva de uma gestão pública societal, como salienta Paula (2005), nas últimas décadas se observa a busca de um novo modelo de gestão participativa, com a ascensão de alianças populares, exigindo mudanças no entendimento sobre a noção de esfera pública.

Isso também está na pauta nas PP de EeL. Através deste trabalho procuramos desenvolver um levantamento das pesquisas que se dedicaram a compreender as PP brasileiras numa perspectiva societal. Nosso objetivo foi analisar questões que provocaram as investigações, com base nos argumentos que sustentaram a introdução (contextualização, problematização e justificativas) dos estudos.

METODOLOGIA

Foram realizados levantamentos nas bases de dados MedLine, LILACS, SciELO, no buscador Google Acadêmico, e nos periódicos Ciência & Movimento, Jornal de Educação Física (UEM), Licere, Motrivivência, Motriz, Movimento, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Usamos as palavras chave: participação popular, políticas públicas, lazer, esportes. Dentre 32 artigos pré-selecionados, 14 foram escolhidos. A análise se baseou no conteúdo dos argumentos descritos na introdução dos trabalhos. Os conteúdos foram inicialmente codificados com base nos seus significados (unidades de significados); na sequência, do conjunto de unidades codificadas, emergiram categorias interpretativas.

¹ Licenciado em ed.física - UFRGS, mauroesef@gmail.com

² Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, stigger.mp@gmail.com

RESULTADOS E ANÁLISES

Tabela 1 – Categorias emergentes e frequência das unidades de significados

Categorias interpretativas	Frequência
Democratização e superação de modos de governo autoritários	29
Experiências participativas frente aos problemas e às diferenças sociais	22
Esporte e lazer como direitos sociais e a produção de conhecimento das políticas	21

Fonte: elaboração dos autores

A primeira diz sobre a busca de outras referências de governo marcadas pelas mudanças na década de 1980, tendo em vista uma outra sociedade, consciente da participação pública, em defesa/conquista dos seus direitos. Retrata a comunidade como *locus* da política, requerendo o engajamento organizado da sociedade, fortalecimento das arenas públicas de debates, descentralização, municipalização e controle social, em contraponto a história de governos autoritários, centralizadores e tecnocráticos, assim como ao coronelismo e às ações clientelistas e populistas. Tal contraposição se materializa na democratização como apropriação dos bens culturais pela população, quando as mudanças sociais são legitimadas pela ampla e constante participação, trazendo novos atores e outras racionalidades (populares).

Também têm grande relevância as experiências das ou nas PP de gestão participativa de diferentes municípios (Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brotas). As introduções mostram articulações com movimentos sociais, processos de ampliação dos coletivos e das instâncias comunitárias de decisões, esforços de remoção de barreiras para que sujeitos historicamente marginalizados, desprovidos dos sistemas de proteção social tenham lugar, haja vista o enfrentamento de violências e desigualdades sociais (renda, educação, alimentação, práticas corporais, etc.). No enredo fica claro que as desigualdades se relacionam com a desintegração do Estado de Bem-Estar social, com o avanço do neoliberalismo e consequente mercadorização dos bens sociais.

Por fim, a terceira questão se refere ao reconhecimento constitucional de que lazer e esporte são direitos sociais. Disso decorre a importância de modos de governo que garantam o acesso universal e a participação cultural, o que dialoga com a produção de conhecimentos e a formação dos agentes-professores que atuam nessas áreas, para que possam participar, cotidianamente, das construções políticas, com os coletivos sociais e nas práticas de Estado. Os argumentos sublinham a carência e a incipiência das reflexões, a necessidade de superar a fragmentação da produção, de entender as especificidades das PP de EeL, o que envolve aprender com as experiências, diagnósticos e reflexões existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar que a produção brasileira de conhecimentos sobre a participação popular nas PP de EeL engloba três grandes categorias de questões norteadoras: democratização e superação de modos de governo autoritários; experiências participativas frente aos problemas e às diferenças sociais; esporte e lazer como direitos sociais e a produção de conhecimento das políticas.

REFERÊNCIAS

PAULA, A.P.P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.